

22^o Encontro de
Iniciação Científica
da UENF14^o Circuito de
Iniciação Científica
do IFFluminense10^a Jornada de
Iniciação Científica
da UFFIX
Congresso
Fluminense de
Iniciação Científica e
TecnológicaII
Congresso
Fluminense de
Pós-Graduação17^a Mostra de
Pós-Graduação
da UENF2^a Mostra de
Pós-Graduação
do IFFluminense2^a Mostra de
Pós-Graduação
da UFF**Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: desafios e transformações**

Políticas Públicas, Gestão Participativa e Conselhos Municipais: uma abordagem avaliativa multidisciplinar.

Larissa Dias Pacheco e Nilo Lima de Azevedo.

Os conselhos municipais são órgãos do Poder Executivo local que se conformam como espaços públicos para o processo decisório em relação às políticas públicas, e por isso constituem um dos principais canais de participação popular, pois estão relacionados as demandas específicas e de bem estar social como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outros. Para Leonardo Avritzer os conselhos são “instituições híbridas” de composição plural, formados por membros da sociedade civil e do governo, são de natureza deliberativa e/ou consultiva, cuja função é formular diretrizes e controlar a execução das políticas públicas locais. Criados, no atual formato, a partir da Constituição Federal de 1988, os conselhos municipais são instâncias potenciais que exercem controle indireto funcionando como “alarme de incêndio”, uma vez que ao realizar monitoramentos e identificação de desvios e improbidades, são capazes de efetuar denúncias e estas são encaminhadas às entidades de controle, como por exemplo, o Ministério Público. De acordo com a CF/88, o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Parte dos conselhos ou conselheiros recorrem ao Ministério Público devido a sua autonomia, ou seja, por se tratar de uma instituição independente, que pode se contrapor as decisões ou determinações dos três Poderes (Executivo, Legislativo ou Judiciário), além das principais funções atribuídas, como: promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses coletivos. O problema de pesquisa deste trabalho envolve as perguntas: Qual é a relação entre os conselheiros municipais e o Ministério Público? Quais são as demandas que os conselheiros encaminham ao Ministério Público? O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre os conselheiros municipais e o Ministério Público. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na elaboração de questionário aplicado de forma online, via correio eletrônico, para os e-mails das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva e entrevistas qualitativas junto a promotores.

Palavras-chave: Conselhos, Participação Popular, Ministério Público.

Instituição de fomento: CNPq.